

Letra de Celso lino. pp. que em portugul
possamos emleger meesse provincial.

39.18.

Celestinus incipit

10

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS
UNIVERSIDADE DO PORTO
2021 | 13ª EDIÇÃO



COORDENAÇÃO DE
ANA CLARINDA CARDOSO, ANDRÉ RODRIGUES,
J. CARLOS TEIXEIRA, PAULO MORGADO E CUNHA
RUBEN FILIPE TEIXEIRA DA CONCEIÇÃO.

SILVANA R. VIEIRA DE SOUSA

Confirmacio de Celso lino do privilegio del liolliao qpprimos fuz m.
em portugul. Salua Conseruaoe e visitacone maioris Magistroy.

Celestinus. Episcopus servus servorum Dei. Dilectis filiis. . .
Comendatoribus et fratribus domus. . .
portugalię et algarbię Regni. . .
FACULDADE DE LETRAS
BIBLIOTECA DIGITAL, 2022



Ficha técnica

Título: Incipit 10. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2021
Coordenadores: Ana Clarinda Cardoso, André Rodrigues, J. Carlos Teixeira, Paulo Morgado e Cunha, Rúben Filipe Teixeira da Conceição, Silvana R. Vieira de Sousa
Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
Local de edição: Porto
Ano de edição: 2022
ISBN: 978-989-9082-13-7
Capa: Ana Clarinda Cardoso
Composição e paginação: J. Carlos Teixeira e Rúben Filipe Teixeira da Conceição

Grupo Informal de História Medieval
Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Os Judeus no Porto Medieval: percursos de investigação e hipóteses de trabalho¹

Rui Bressiani Queirós de Faria
Universidade do Porto

Resumo:

Este texto tenta a apreciação global do projecto de mestrado desenvolvido sobre a comunidade judaica medieval do Porto durante o século XV. Quais os propósitos e objectivos, qual a realidade historiográfica em que se insere e quais as principais fontes documentais com que se debruça sobre o passado judaico portuense. Neste primeiro esboço pretendemos delinear os seus principais contornos teóricos e práticos.

Palavras-chave:

judeus medievais; Porto medieval; quotidiano; prosopografias.

Abstract:

This text attempts a global appreciation of the master's project dedicated to the medieval Jewish community of Porto during the 15th century. What are the purposes and objectives, what is the historiographical reality in which it is inserted and what are the main written sources regarding the jewish medieval past of Oporto. This first outline will present its main theoretical and practical approaches

Key-Words:

medieval jews; medieval Oporto; daily life; prosopography.

1. Introdução

O texto que hoje sai do prelo corresponde à minha apresentação no 13^o *Workshop de Estudos Medievais*, que se realizou entre os dias 8 e 9 de Abril de 2021 em formato virtual. Natural e expectável seria que, volvido quase um ano, o texto sofresse extensivas alterações, fruto do amadurecimento da investigação e do próprio investigador. Mas decidi não fazê-lo. Se, entretanto, houve progressos significativos, em grande parte fruto desta apresentação e das sugestões que me foram oferecidas por colegas e especialistas, eles serão incluídos no trabalho final a que este texto precede: a minha dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, a ser concluída em Setembro de 2022. Naturalmente, este primeiro texto não abordará a fundo todo o processo metodológico que empreendi no projecto global para estudar os judeus no Porto do

¹ Dirijo um agradecimento muito especial ao Professor Doutor José Alberto Tavim (U. Lisboa) por todos os comentários que teceu a propósito deste projecto e também pelas inúmeras sugestões que tão amavelmente me tem dado desde então.

século XV, nem esgotará todas as arestas historiográficas que dizem respeito ao tema, nem apresentará um elenco completo e exaustivo de fontes manuscritas e publicadas. Ele é um produto dum primeiro momento de investigação..., de reflexão..., de descoberta..., e assim deverá ser lido e entendido.

É coisa geralmente sabida que as cidades e vilas do Portugal medievo, salvo raras exceções, conheceram a presença de judeus. Como tem sido comprovado pela crítica nacional e estrangeira, o impacto exercido por essas comunidades minoritárias no desenvolvimento dos pequenos e grandes centros urbanos foi imenso e marcante. Mas em relação ao funcionamento das suas comunidades, às suas dinâmicas familiares, às próprias vivências do judeu português, enquanto parte integrante da malha social portuguesa e, mais ainda, dessa sociedade ibérica plural e heterogénea, a escassez de trabalhos da nossa historiografia salta logo à vista, especialmente quando comparada com a abundância de resultados que o país vizinho tem oferecido há já várias décadas. É pobre a tradição portuguesa neste aspecto. Os trabalhos de Maria José Ferro Tavares, apesar da sua grande exaustividade e alcance, deixam muitos detalhes em aberto e muitos problemas por resolver, enquanto uma grande quantidade de trabalhos até agora desenvolvidos têm surgido quase sempre da pena de não-especialistas, que trabalham sobretudo com dados repetidos e pouco problematizados, e que conhecem mal os métodos e as propostas feitas pelos especialistas no estrangeiro. Porque é no estrangeiro, especialmente na vizinha Espanha, que se tem afluído com a exaustividade e precisão desejáveis o passado judaico ibérico, como o provam as obras Juan Carrasco, José Hinojosa Montalvo, Javier Castaño e Susana del Rey Grannel, entre muitos outros.² A este facto determinante, alia-se uma longa tradição historiográfica, materializada em diversos centros de investigação especializados e em outras tantas publicações periódicas e, acima de tudo, na realização de vários encontros científicos dedicados à matéria.

Foi desde o nosso primeiro contacto com as fontes manuscritas guardadas nos arquivos da cidade que nos apercebemos das suas potencialidades para um estudo diacrónico da comunidade judaica desse Porto medieval. O judeu portuense, o seu espaço, as suas vivências, os seus percursos individuais. Dimensões várias que formam os pontos de fuga para a nossa investigação. O quotidiano, acima de tudo. Compreendê-lo e decliná-lo, são esses os nossos propósitos.

² Vicente Ángel Álvarez Palenzuela, "Judíos y conversos en la España medieval. Estado de la cuestión", *eHumanista/Conversos* 3 (2015): 156-192.

A escolha das balizas cronológicas fez-se com a junção de dois elementos: o percurso histórico dos judeus na cidade do Porto e as limitações que a documentação manuscrita impunha.

Uma apreciação do carácter quantitativo da documentação manuscrita permite concluir que o judeu tripeiro emerge definitivamente para a história em vésperas de Quatrocentos, apesar da sua permanência nos seus arrabaldes julgar-se muito antiga... É só a partir de 1380 que a documentação adquire uma têmpera mais sistemática e colorida. Isto tem que ver, naturalmente, com a própria edificação do novo espaço judaico, materializado na Judiaria do Olival. Sem surpresas, a migração de várias famílias judaicas - anteriormente dispersas pelo burgo - para junto dos terrenos do Olival, na área delimitada pela Câmara, traduziu-se num aflorar da documentação que mais preenche os nossos arquivos medievais: documentação de natureza imobiliária (aforamentos, empraçamentos, vendas...). Daí o limite *a quo* ter-se fixado no ano de 1380, exactamente no prelúdio deste novo capítulo de judaísmo portuense, que viria a ser o mais memorável. Opção condicionada, como vimos, pela próprias fontes.

O limite *ad quem* fixou-se em 1485, praticamente uma centúria após a construção da Judiaria Nova do Olival. Esta opção tem que ver com dois eventos modulares: primeiro, a deflagração de surtos de peste a partir de 1481, o que obrigou muitos residentes a procurar refúgio fora dos limites do burgo, incluindo a população judaica. Além disso, o fecho de várias ruas e postigos na zona do Olival, perto da Judiaria, decerto foi causador de distúrbios e transtornos vários; segundo, o significativo aumento demográfico da população judaica a partir de 1485, à luz da entrada de muitas famílias oriundas de Castela, fugidas das perseguições a que eram alvo e da recém-criada Inquisição. Esta entrada repentina na cidade despontou o descontentamento popular, nutrido de um cada vez mais crescente sentimento antijudaico, como se vê nas reuniões camarárias de 1485, como já ficou clarificado por Humberto Baquero Moreno.³

O nosso programa adquire, pois, a seguinte forma:

Parte 1 - O Espaço: análise das estruturas físicas da presença judaica no Porto, dentro e fora da Judiaria, com recurso a dados toponímicos e a registos topográficos. Também a documentação imobiliária desempenhará aqui um papel fundamental. Assim, poderemos entender a distribuição dos judeus portuenses na malha

³ Humberto Baquero Moreno, "Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do séc. XV", *Revista de História* 1 (1978): 7-38.

urbanística, contemplando a sua evolução ao longo do período considerado. O estudo da propriedade e das suas características é, pois, o principal vector deste capítulo.

Parte 2 - O Grupo: dedicada às características sociológicas do grupo judaico, com base, naturalmente, na informação que os testemunhos documentais proporcionam. A este exercício impõem-se duas abordagens: a primeira, relacionada com as características internas do próprio grupo (estrutura social e actividades profissionais); a segunda, dedicada aos vectores da sua integração no espaço maioritário cristão (conflitos e resoluções, contendas e queixas, contratos celebrados e serviços prestados, crime e conversões ao Cristianismo).

Parte 3 - Os Indivíduos: análise dos percursos individuais de um conjunto de judeus cujas notícias permitem desenvolvimentos mais profundos e frutíferos a respeito das suas vivências e obras. Pretende-se plasmar o seu quotidiano, dotá-lo de contexto, vê-lo no plano mais eclético e distinto possível. A selecção desses indivíduos será feita com base no volume informacional de cada registo.

2. Estado da Arte

Muitos foram os historiadores que se debruçaram sobre a comunidade judaica desse Porto medievo. Grupo heterogéneo de indivíduos, composto por arqueólogos, historiadores, paleógrafos, regionalistas, e até políticos e curiosos locais. O passado hebraico suscita ainda hoje o interesse dos eruditos, sempre suscitou. E foi a partir desse interesse que se produziu um vasto número de estudos mais ou menos extensos, de várias formas e com vários propósitos. Para evitar um longo e demorado escrutínio, decidi destacar somente alguns títulos, dos que considero mais importantes, quer pela carga de originalidade que carregam, quer pela sua preponderância no meio académico.

Não obstante os primeiros trabalhos remontarem ao século de Herculano, foi somente a partir da década de 1920 o judeu do Porto medieval subiu alto no pódio historiográfico. Ganhou forma, assumiu carácter. Nesse aspecto, foi determinante a obra histórica de Artur Carlos de Barros Basto. Publicada em 1929, foi na pequena monografia *Os Judeus do Velho Pôrto* onde ficaram traçados os planos gerais daquilo que foi a permanência hebraica no Porto medievo, com recurso a documentação inédita, alguma inclusivamente publicada nas suas linhas, o que lhe confere um valor

singular.⁴ Uma síntese, portanto, de inquestionável valor, pese embora um ou outro desacerto interpretativo. Mas o trabalho de Barros Basto não deverá ser entendido como o esforço solitário de um erudito, tal imagem de um Gama Barros envolto em pesados fundos e documentos; *Os Judeus do Velho Pôrto* é um livro que desenha um passado judaico portuense como uma realidade palpável, realidade rica, realidade colorida, cujo legado é agora continuado pela então recém-fundada Comunidade Israelita do Porto, obra do próprio Barros Basto. Comprovar a existência "histórica" dos judeus na cidade - foi esse o seu propósito. Que atingiu com sucesso. Talvez mais do que nenhum outro, Barros Basto tratou a história dos judeus do Porto com um insinuante carinho.

Amílcar Paulo, a quem coube o legado intelectual de Barros Basto, esboçou importantes contributos para a história dos judeus na cidade entre as décadas de 1960 e 1970, com enfoque numa investigação que levou a cabo para determinar a localização da sinagoga do Olival com recurso a uma metodologia mais precisa e rigorosa, baseada em documentação fundiária.⁵ Destaca-se, ainda, o conjunto de pequenos estudos sobre a evolução histórica da Comuna Judaica do Porto - repondo muito daquilo que Barros Basto já havia dito -, que deu a conhecer ao grande público numa separata de *O Tripeiro*.⁶

Maria José Ferro Tavares, na sua monumental tese de doutoramento, trata, ainda que muito timidamente, da Comuna Judaica do Porto.⁷ A sua exposição destaca-se pelo tom interpretativo que confere aos dados recolhidos da documentação concelhia que consultou: lança uma hipótese bem fundamentada a propósito da evolução urbanística da Judiaria do Olival, além de principiar a recolha de muitos topónimos referentes aos seus limites. Faltou, porém, uma caracterização mais alargada do próprio judeu desse Porto de Quatrocentos; fá-lo de um modo muito disperso, pouco ou nada significativo, ao longo de 500 páginas de texto.

Geraldo Amadeu Coelho Dias redigiu três estudos sobre o tema, entre 1983 e 2003. O mais valioso é o que se dedica à análise do conflito entre o Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus, a propósito do pagamento do foro de 500 libras à instituição eclesiástica sobre um açougue instalado na judiaria. Este estudo, munido

⁴ Artur Carlos de Barros Basto, *Os Judeus no Velho Porto* (Lisboa, 1929).

⁵ Amílcar Paulo, "A sinagoga do Olival, um problema arqueológico", *Lucerna* 5 (1966): 692-703.

⁶ Amílcar Paulo, "A comuna judaica do Porto: apontamentos para a sua história", *O Tripeiro* 6/5 (1965): 112-114, 145-146, 174-176, 218-220, 239-240, 267-269.

⁷ Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. 1 (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982), 62-69.

de documentação inédita - que aliás publica em anexo -, faz transparecer muitas novidades, como a asserção de que "o cabido da Sé do Porto nunca teve qualquer questão religiosa com a comuna dos judeus", mostrando-se "até bastante aberto, sem problema assomo de apartheid religioso, como mostra o documento de 1380...".⁸ Os restantes estudos, embora redigidos em diferentes momentos, para diferentes fins, partilham grande parte da sua génese. Tratam sobretudo da presença judaica no Porto num sentido mais lato, apreciando a sua permanência com recurso a vestígios arqueológicos e toponímicos, por um lado;⁹ e passando uma vista rasante sobre as suas principais ocorrências históricas, por outro.¹⁰ No primeiro caso, destaca-se a problemática em torno da inscrição de Monchique, cuja origem era atribuída ao reinado de Dom Dinis por Barros Basto; porém, Geraldo Coelho Dias atribui-lhe uma datação posterior, por volta de 1375, o que parece tratar-se da sugestão mais razoável, em concordância com aquilo que Samuel Schwarz e outros anteriormente haviam dito; mas é um assunto que o próprio afirma inspirar poucas certezas. O segundo, porém, não se reveste com novidades propriamente ditas; antes é elaborado um resumo, bastante rigoroso diga-se, com recurso a bibliografia actualizada, dos momentos-chave da comunidade judaica do Porto. Nota-se aqui a afluência de dados repetidos, resgatados dos supracitados esforços de Barros Basto e Amílcar Paulo.

Também Humberto Baquero Moreno dedicou ao tema breves páginas, num artigo que publicou em 1993 na Revista de Ciências Históricas. Mas a escrita largamente expositiva, com dados repetidos e pouco ou nada problematizados, deixa muito a desejar. Serve mais como resumo das principais ideias que ladearam os judeus portuenses durante os últimos anos, nutrindo-se das descobertas e opiniões de Barros Basto, Amílcar Paulo, Maria José Ferro Tavares e Geraldo Coelho Dias. Publica, em anexo, um documento datado de 1518, e que inclui o traslado do já mencionado contrato de aforamento da Judiaria Nova do Olival.¹¹

Sobre a malha urbanística da Judiaria do Olival, José Ferrão Afonso teceu considerações interessantes, num trabalho que explora diversos aspectos relacionados

⁸ Geraldo J. A. Coelho Dias, "O Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus", *Humanística e Teologia* 4/3 (1983): 321-348.

⁹ Geraldo J. A. Coelho Dias, "Vestígios de presença judaica no Porto", *Arqueologia* 10 (1984): 50-56.

¹⁰ Geraldo J. A. Coelho Dias, "Presença de Judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade", in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coord. por Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Ferreira Santos, 425-440 (Porto: Livraria Civilização Editora, 2003).

¹¹ Humberto Baquero Moreno, "Os Judeus na Cidade do Porto nos Séculos XIV e XV", *Revista de Ciências Históricas* 8 (1993): 55-64.

com o Espaço, nomeadamente o planeamento urbano (confrontações da Judiaria, localização da sinagoga...), a evolução urbanística da Judiaria do Olival, e a própria toponímia e topografia, trazendo novos dados em relação ao que havia coligido Maria José Ferro na sua tese de doutoramento.¹²

O que podemos reunir deste conjunto de estudos supracitados? De um modo simplificado, traçamos estas breves considerações, que nortearão os futuros trabalhos de investigação:

1. que o tema não passou despercebido à historiografia portuguesa, conhecendo muitos cultores durante vários anos, onde se destacam prismas verdadeiramente originais;

2. que a documentação consultada baseou-se sobretudo num conjunto pequeno e estanque de manuscritos, cabendo pouca atenção às restantes tipologias documentais;

3. que não se reuniram esforços para explorar a fundo as características sociológicas e económicas da comunidade judaica do Porto, apesar do reconhecimento da sua basilar importância.

3. Fontes Documentais e Metodologia

Escasseiam fontes que nos elucidem acerca de variados aspectos do judaísmo medieval. Persistem ainda muitos pontos brumosos, e a necessidade de aclarar essas dúvidas vê-se dificultada pela disparidade dos registos manuscritos, e também pela sua escassez. Quem quer que se debruce sobre estas temáticas, conhece bem esta realidade. Mas já há alguns anos que os especialistas portugueses e estrangeiros têm vindo a ultrapassar estas sérias dificuldades, propondo novos métodos e ferramentas para a crítica textual e temática dos poucos registos que conseguem ajuntar.

O estudo final terá por base um vasto conjunto de fontes, inéditas e publicadas, divididas em três categorias: (1) fontes municipais, (2) fontes eclesiásticas e (3) fontes régias.

No primeiro conjunto, incluiremos as principais colectâneas referentes ao município portuense. A informação contida nos prazos camarários é fundamental para preencher várias lacunas do nosso entendimento acerca da comunidade judaica desse Porto medieval. Informação diluída, é certo; mas que ganha forma e corpo à medida

¹² José Ferrão Afonso, "Sobre um possível Hekhal: aspectos do urbanismo e arquitectura do Olival e da Vitória do Porto (sécs. XIV - XIX)", *Humanística e Teologia* 27 (2006): 43-115.

que vai sendo compilada e confrontada com outros registos. Daí somos capazes de retirar informações preciosas acerca da composição urbana do bairro judaico, da localização da propriedade judaica, da sua quantidade, da sua posse, dos seus aspectos materiais, dos fluxos das rendas e rendimentos, etc.

O estudo da propriedade é facilitado através da utilização dos registos dos bens do Concelho - os livros do *Cofre dos Bens do Concelho*¹³ - que para a segunda metade do século XV materializam-se em dois cadernos de contas, já abordados no plano fiscal e financeiro.¹⁴

Além disso, destacam-se os prazos contidos nos Livros de Pergaminhos¹⁵ e um ou outro registo nas Vereações camarárias.¹⁶ Mas o grande *fiat lux* pertence ao guia documental elaborado por Luís Carlos Amaral a propósito dos "Subsídios Documentais para o Estudo da Propriedade Imobiliária no Concelho do Porto no Período Medieval", cuja utilização revelou-se bastante proveitosa.¹⁷

No caso das fontes eclesiásticas, o destaque cabe aos *Originais do Cabido da Sé do Porto*, e ao conjunto de quatro documentos que já mereceram a sua publicação no supracitado estudo de Geraldo Coelho Dias.¹⁸

Por fim, falemos das fontes régias. Como ignorar os registos da Chancelaria Régia? Desse manancial imenso, balizado para o período em questão¹⁹, conseguem-se retirar preciosas informações, muito no âmbito da concessão de privilégios, ou do perdão de crimes, ou da resolução de contendas entre a Câmara e a Comuna. Contamos aqui com o auxílio do excelente guia elaborado por Maria José Ferro Tavares, apesar da omissão de vários indivíduos com que posteriormente nos deparamos nos registos documentais municipais.²⁰ Destaque, ainda, para os quatro livros do Além Douro incluídos na *Leitura Nova*.²¹ No que respeita aos Capítulos de Cortes, contamos com a

¹³ Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Cofre dos Bens do Concelho*, livros 1 e 2.

¹⁴ Iria Gonçalves, *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV* (Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1987).

¹⁵ Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Pergaminhos*, livros 3, 4, 5, 6.

¹⁶ Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Vereações*, livros 0, 1, 2, 3, 4, 5.

¹⁷ Luís Carlos Amaral, «Subsídios Documentais para o Estudo da Propriedade Imobiliária no Concelho do Porto no Período Medieval», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 1 (1984): 97-134.

¹⁸ Geraldo J. A. Coelho Dias, "O Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus", 321-348.

¹⁹ Chancelarias de D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II.

²⁰ Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. 2 (Lisboa: INIC, 1984).

²¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Além Douro, livros 1 a 4.

publicação dos capítulos especiais referentes à cidade do Porto,²² sem descurar os capítulos gerais já publicados ao longo dos últimos anos.²³

4. Comentários Finais

O que se esboçou nas últimas páginas mais se assemelha a um quadro abstracto de ideias e de sugestões, com ainda pouco de concreto e de palpável. Mas ainda que o trabalho esteja em plena adolescência, é do nosso impulso trazer à tona algumas dificuldades que no futuro terão de ser contornadas:

1 - O querer perseguir um indivíduo do grupo judaico pelas fontes medievais é tarefa desafiante que nem sempre será atingida com o sucesso desejado. Proliferam as homónimas na documentação até agora consultada e é por vezes difícil perceber quem é quem. Um passo mal medido aqui e além e perde-se logo o fio à meada. Há que ser cauteloso e prudente. Nesses casos, o melhor a fazer é separar cada homónimo no seu próprio registo individual, porque é mais fácil no futuro juntar dois indivíduos separados do que desapegar os que foram erroneamente agregados;

2 - As fontes relativas à propriedade judaica impõem uma cuidadosa análise e uma confrontação quase constante com outros registos. Nem sempre é claro quem detém a posse de um determinado imóvel, e só uma leitura atenta dos topónimos e das confrontações físicas poderão (eventualmente) resolver esses problemas;

3 - O estudo da minoria judaica neste e noutros contextos históricos supõe sempre que embrenhemo-nos na sua cultura e no seu modo de pensar, porque certas atitudes e certos gestos de que a documentação dá notícia só serão compreendidos se estivermos a par das suas ideias. Porque, afinal, são as ideias e os valores que dão sentido à vida. E é a vida desses judeus do Porto medieval que queremos descobrir e explorar.

²² Filomena Raquel Teles da Rocha, “O Porto e o Poder Central na Segunda Metade do Século XV (Estudo e Publicação dos Capítulos Especiais da Cidade)”, (Dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996).

²³ D. Fernando I, D. Duarte e D. Afonso V.